

Negociações com o Clube...

por Maria Clara R. M. do Prado
de Washington
(Continuação da 1ª página)

um, no encontro de Eris com Camdessus. Estas são as principais questões dos entraves com o FMI antes do acordo final:

- Atrasados — O FMI insistiu durante todo o processo de negociações que alguma menção fosse feita aos atrasados e a forma de pagá-los aos credores. O Brasil, no extremo oposto, não queria que constasse do texto qualquer referência não só aos atrasados mas também à intenção de retomar o mais rápido possível as negociações com os bancos. Ganhou o meio-termo: "Há um momento em que é melhor sentar para chegar logo a uma conclusão porque a demora acaba surtindo efeito negativo", comentou Eris a este jornal, marcando sua preferência pela objetividade. A carta faz menção ao esforço brasileiro em retomar o mais rapidamente possível as negociações com os bancos.
- A questão cambial — Este foi um dos pontos mais discutidos durante todo o período de um mês que a missão técnica do FMI ficou no País, e está ligada diretamente ao ponto levantado pelo Brasil no sentido de como medir a capacidade de pagamento do

País. "Este foi o ponto mais difícil para o FMI entender", relembra Eris. O FMI colocou sua posição no sentido de que a taxa de câmbio está defasada, que a moeda nacional precisa desvalorizar-se mais frente ao dólar, para que a exportação cresça e a conta corrente do País melhore. Esta é a maneira de o FMI ver a capacidade de pagamento. Já o Brasil colocou que não tem condições de gerar cruzeiros suficientes para comprar as divisas que sobram de um saldo comercial muito elevado e pagar a dívida externa. Para 1990, o balanço de pagamentos foi montado de tal modo que prevê um saldo comercial inferior aos US\$ 14 bilhões defendidos inicialmente pelo FMI.

- A questão do déficit nominal — As discussões emperraram neste ponto porque o Brasil, primeiro, defendeu o ponto de vista de que o conceito nominal do déficit — que mede a necessidade de financiamento do setor público incluindo as correções cambial e monetária — não deveria ser usado como critério de performance para efeito deste acordo. O FMI não aceitou a proposta e o Brasil passou então a defender que algum tipo de mecanismo garantisse automaticamente a revisão daquela

meta nominal, sempre que a inflação ultrapassasse a projeção da média mensal de 7% para esse segundo semestre, com a inflação de dezembro prevista em 4,5%. Também não foi possível encontrar uma solução nesse caso e ficou valendo a alternativa que o próprio FMI tinha dado, de reavaliar a meta nominal de déficit — traçada para dezembro deste ano em torno de 30% do PIB —, quando estiver no País a missão técnica que em novembro vem colher dados para o relatório anual sobre o comportamento da economia do País.

Eris explicou que em novembro a missão já terá condições de avaliar o comportamento da inflação no final do ano e saber se a meta do déficit nominal será ou não cumprida. Em caso negativo a revisão será feita sem que o Brasil precise pedir dispensa — "waiver" — pelo não-cumprimento do critério de performance. Este tipo de tratamento, no entanto, prevalece apenas para o déficit nominal de dezembro. Nas metas trimestrais de déficit nominal, não haverá possibilidade de revisão sem que o País tenha de pedir "waiver" ao FMI.

São cinco os critérios de performance definidos pelo FMI.

A necessidade de financiamento do setor público é definida pelo conceito nominal e pelo conceito operacional que desconta as correções cambial e monetária dos números. O critério do nível do endividamento do setor público, da reserva líquida internacional (conceito que incluía haveres e obrigações externas da autoridade monetária de curto, médio e longo prazos) e do crédito interno líquido (que procura medir o nível do papel-moeda em poder do público, menos as reservas líquidas). Haverá números para aqueles critérios, como metas nos próximos cinco trimestres: o que se encerra em dezembro deste ano e os trimestres de março, junho, setembro e dezembro de 1991. As metas para o ano que vem são por enquanto indicativas e podem ser modificadas quando da vinda da missão em novembro.

Para o conceito operacional, o acordo vai fixar meta de superávit da ordem de 0,5% do PIB em 1990 (descontando aqui a receita com a colocação dos Certificados de Privatização (CP) e os efeitos que o programa de privatização teria sobre as estatais), isso corresponde a superávit de 1,27% do PIB se adicionados os CP. Para 1991, o déficit operacional será zero.

Negociações com o Clube de Paris

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington

Definidos os termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil parte para uma fase mais adiantada da programação traçada para o acordo externo e começa a negociar um entendimento com os credores oficiais do Clube de Paris ainda neste mês, aproveitando a reunião anual de governadores do FMI e do Banco Mundial que se realizará em Washington, entre os dias 20 e 27 de setembro.

"Vamos levar nossa proposta sobre a dívida com o Clube de Paris e começar a discuti-la com os representantes dos governos credores que estarão acompanhando a reunião do FMI", disse a este jornal o negociador da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster.

Junto com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o embaixador esteve com o diretor-gerente do

FMI, Michel Camdessus, na quinta e sexta-feira da semana passada, e chegou a pensar em viajar direto de Washington para Paris, buscando um primeiro contato formal com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet. Este, no entanto, não se encontrava na capital francesa.

O Brasil quer encontrar o mais breve possível um acordo com o Clube de Paris que satisfaça um esquema de pagamento viável, jogando para frente cerca de US\$ 14 bilhões entre juros e principal, que vencem entre 1990 e 1992, embora não tenha ilusões de que consiga, desta vez, algum tipo de tratamento que resulte em abatimento efetivo do estoque daquela dívida.

O caminho para que o Brasil retome as negociações com o Clube de Paris foi aberto pelo próprio diretor-gerente do FMI, ainda na manhã de sexta-feira.

Depois de repassar com o presidente do Banco Cen-

tral, Ibrahim Eris, os últimos detalhes da carta de intenções que o País manda para o FMI ainda nesta semana, Camdessus informou aos governadores do organismo que o processo de negociações com o Brasil tinha finalmente sido concluído.

Desse modo, emitiu o sinal verde indicando a disposição do FMI em firmar um acordo do tipo "stand-by" com o Brasil. Abriu também caminho para o entendimento com os bancos credores privados, às vésperas do vencimento de mais uma parcela de juros, em meados deste mês, em torno de US\$ 2 bilhões.

"O Brasil não pode discutir contas externas com o FMI sem levantar a questão dos bancos e o importante é colocar o problema de tal maneira que não limite as negociações com o sistema bancário", indicou Eris a este jornal. Disse que a carta de intenções não menciona qualquer pagamento de atrasados aos bancos, embora ateste a disposição brasileira de retomar as negociações com aqueles credores o mais breve possível para normalizar as relações.

As palavras foram cuidadosamente discutidas pelo Brasil para que não dessem margem a interpretações sobre qualquer compromisso formal de pagamento. No ponto dos atrasados com o Clube de Paris, a abordagem no texto da carta é um pouco diferente, indicando um maior envolvimento do País no que diz respeito à intenção de normalizar o relacionamento com os credores oficiais. "Tem um algo a mais na carta, com referência ao Clube de Paris", atestou Eris.

O acordo "stand-by" que o Brasil deve assinar com o FMI em outubro — depois de notificados pelo diretor-gerente, na sexta-feira passada, os governadores do Fundo têm agora quatro semanas para analisar e referendar seu apoio ao programa — terá prazo de dezessete meses e dará ao Brasil o direito de sacar US\$ 2 bilhões de sua cota em seis parcelas. A duração do acordo está prevista para fevereiro de 1992.

Todos os pontos críticos e pendências foram repassados, um por